

Saúde poderá recorrer ao FAT para pagar hospitais

CARLOS MOURA



Apesar da crise, Santillo diz que não pensa em deixar o cargo

O Ministério da Saúde poderá recorrer novamente a empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar as despesas. Esta foi uma das alternativas apresentadas ontem pelo ministro da Saúde, Henrique Santillo, ao ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, para solucionar a crise financeira do setor.

A solução para o financiamento da saúde deverá ser apresentada pela área econômica nas próximas 72 horas. Este foi o prazo pedido pelo ministro da Fazenda, durante reunião realizada ontem em seu ministério.

Durante a administração do ex-ministro Jamil Haddad, o Ministério da Saúde já havia recorrido aos empréstimos do FAT. Santillo também admitiu recorrer a empréstimos internos ou externos ou mesmo reduzir despesas no ministério.

"Estou disposto a estubelecer cortes em programas que são essenciais mas não na parte referente ao pagamento de hospitais conveniados, de R\$ 600 milhões", afirmou o ministro.

A reunião de ontem não estava agendada mas foi realizada por determinação do presidente Itamar Franco com quem Santillo esteve antes, no Palácio do Planalto.

O ministro da Saúde apresentou a situação a Itamar que telefonou para Ricupero marcando a reunião, realizada no final da tarde, no Ministério da Fazenda, com a presença de representantes dos hospitais privados conveniados.

Durante os 45 minutos da reunião o Ministério da Fazenda manteve a proposta de repasse mensal de R\$ 400 milhões. "Com isso vamos chegar ao colapso", reagiu Santillo, que apresentou as alternativas para custeio da área de Saúde até o final do ano.

O Ministério da Saúde, de acordo com Santillo, necessita de R\$ 800 milhões/mês. Santillo acredita numa solução até amanhã, dia em que os representantes dos hospitais em nível federal, estadual e municipal decidem, em João Pessoa (PB), as áreas de paralisação no atendimento.

"Sem pagamento não dá para trabalhar. Ninguém ganha a metade e continua vivendo seis meses", reclamou Francisco Dellapi, da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (Fenaess), uma das entidades que se reuniu ontem com o ministro da Saúde.

Apesar da crise, Santillo descartou a possibilidade de deixar o cargo. "Me agustio com esse problema mas não estou pensando em outra coisa que não obter verba para a Saúde", negando ainda divergências com Ricupero. "Ele é um gentleman", completou.

O repasse mensal de R\$ 400 milhões vai representar um corte de 50% nas despesas do Ministério da Saúde, adverte o ministro Henrique Santillo. O secretário do Tesouro, Murilo Portugal, afirma que não é possível transferir mais do que isso.

Além do atendimento hospitalar e ambulatorial, Santillo disse que o Ministério da Saúde vai ter que reduzir todos os programas, como os de vacinação de crianças, combate à Aids, tuberculose, e Mal de Hansen (lepra), entre outros. Segundo ele, o ministério precisa mensalmente de R\$ 800 milhões.

O secretário do Tesouro reconhece que o recurso pode ser pouco "em relação ao desejável", mas "é bastante em relação ao possível".

Em sua opinião, é preciso repensar o atendimento à saúde. "O usuário deve ser contemplado com alguma contribuição, proporcional à sua renda", defende.

Acordo — Portugal contesta a existência de um acordo para o pagamento de R\$ 600 milhões mensais aos hospitais. "Eu avisei que isso só seria possível se houvesse mudança no Orçamento", recorda.

De acordo com o secretário, os R\$ 400 milhões representam o

repassamento mensal total, somados os pagamentos de hospitais e despesas do Ministério da Saúde.

Assessores do ministério afirmam, no entanto, que o acordo foi outro. O secretário, relatam, propôs o pagamento de R\$ 506 milhões referente à conta com os hospitais em junho, sendo R\$ 334 milhões no dia 10 e o restante no dia 29 de julho.

Além do repasse de R\$ 400 milhões, Portugal propôs, para chegar a R\$ 506 milhões, a edição de uma medida provisória determinando o adiamento do pagamento da dívida do Ministério da Saúde com o FAT, proporcionando mais R\$ 106 milhões mensais.

A MP foi editada, mas a Saúde não viu o dinheiro. Portugal alega que é preciso esperar a votação no Congresso Nacional. Os assessores enfatizam, no entanto, que uma MP passa a vigorar imediatamente, com força de lei, como no caso da MP do Real, entre outras.

Segundo estes assessores, o Ministério da Fazenda também recebeu um aviso ministerial da Saúde solicitando, além dos R\$ 506 milhões, mais R\$ 132 milhões para despesas com outros programas.

Hospital reduz os atendimentos

Rio — Os hospitais privados que prestam serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS) vão paralisar em 50% o atendimento por causa da redução das verbas que lhes são repassadas.

"Não temos condições de operar em atividade normal porque o Ministério da Saúde não vai pagar aquilo que prometeu", reclamou o presidente em exercício da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), médico Mansur José Mansur.

Ele acredita que a paralisação parcial da rede privada é o "início do caos" porque mais de 70% dos hospitais brasileiros pertencem à rede privada e a população será prejudicada.

Cerca de 20 milhões de pessoas procuram, por mês, os serviços ambulatoriais. O setor ainda é responsável por 750 mil internações por mês.

Os ministérios da Saúde e Fazenda tinham garantido às entidades que representam o setor — FBH, Confederação Nacional de Saúde (CNS) e Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB) — o pagamento de R\$ 506 milhões referentes à junho, mas o governo federal vai destinar apenas R\$ 268 milhões que serão liberados hoje.

Segundo Mansur, os dois ministérios também voltaram atrás com relação à promessa de que repassariam R\$ 600 milhões mensalmente durante todo o ano, a partir do mês de agosto, quando os R\$ 506 milhões já estariam liberados.

"Fomos chamados a Brasília e o ministro Henrique Santillo disse que tinha apenas R\$ 400 milhões para todas as despesas do ministério", disse Mansur.